



RASTREABILIDADE GLOBAL

Ana Paula Vendramini Maniero*

A indústria de saúde enfrenta sérios problemas com relação ao controle de medicamentos, quer seja a garantia de sua autenticidade ou a sua correta aplicação.

Os erros de medicação são responsáveis por sete mil mortes ao ano nos Estados Unidos e acarretam, segundo o Instituto de Medicina, despesas médicas extras de pelo menos US\$ 3,5 bilhões. Um estudo do British Medical Journal, uma das mais conceituadas publicações especializadas, identificou que mais de 74 erros de medicação acontecem na União Européia a cada 100 pacientes atendidos em unidades de terapia intensiva (UTI).

Para a indústria farmacêutica – e igualmente para o consumidor –, outro ponto crítico é a crescente venda de medicamentos falsificados. Estimativas apontam um aumento de mais de 90% desde 2005, com vendas de US\$ 75 bilhões neste ano. Em regiões da América Latina, Sudeste da Ásia e África Subsaariana, mais de 30% dos medicamentos são falsificados. Na Internet, 50% dos medicamentos à venda não são legítimos.

Neste cenário, não há dúvidas sobre a importância da rastreabilidade na cadeia de suprimentos no setor de saúde. Entre os benefícios econômicos estão o combate à pirataria e à falsificação, maior confiança nas empresas e marcas, redução de custos e melhor gestão de inventários e de toda a cadeia. Na frente social, a rastreabilidade garante os cinco direitos do consumidor de remédios, principalmente os hospitalizados: o paciente correto recebe o medicamento certo, na dose certa, na hora certa, na rota correta. Além disso, reduz as perdas de receitas fiscais, contribuindo para que os impostos pagos revertam em benefícios para a sociedade.

Porém, a rastreabilidade por si só não é a panacéia para todas as mazelas. Embora atue na questão da segurança no setor de saúde, é necessário ter um padrão único em todo o mundo. Não há espaço para soluções e ofertas de serviços proprietários e incompatíveis. Por isso, os integrantes da cadeia de saúde tentam criar e consolidar um padrão global de rastreabilidade, afinal, informações precisas e atualizadas do produto são fundamentais para qualquer relação comercial e de gestão da cadeia de abastecimento.

Essas empresas se reúnem no GS1 Healthcare, divisão da GS1 Global, com os objetivos de alcançar a harmonia de processos, garantir a eficiência da cadeia logística e a segurança dos pacientes. A GS1 é uma associação sem fins lucrativos que, em todo mundo, estabelece padrões de identificação de produtos para o varejo, saúde, transporte e logística.

A associação criou a Norma Mundial de Rastreabilidade da Saúde da GS1 (GTSH), que descreve o processo e define os requisitos mínimos, independentemente das tecnologias adotadas, do tamanho da organização ou de sua sofisticação organizacional. A GTSH permite o máximo de interoperabilidade entre os sistemas de rastreabilidade na cadeia de suprimentos de saúde, inclusive entre fronteiras. Isso é importante para facilitar a importação e a exportação de mercadorias.

No Brasil, onde 2,5 bilhões de medicamentos são comercializados ao ano segundo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), a identificação e rastreabilidade de remédios é recém-regulamentada pela criação do Sistema Nacional de Rastreabilidade de Medicamentos. A Anvisa anunciou que pretende utilizar o identificador de produto exclusivo GTIN (do inglês, Global Trade Item Number) e uma identificação única para cada produto –

número de série- em um código bidimensional chamado DataMatrix, as duas soluções habilitadas pelas normas da GS1.

Recentemente, porém, acrescentou requisitos para um selo de segurança específico, o que, segundo a Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (Interfarma), trará custo e complexidade ao processo.

Os principais desafios para um uso mais amplo da automação são a dimensão do país e a diversidade existente entre as instituições de saúde.

Em breve, o Brasil poderá seguir o exemplo dos Estados Unidos, pois lá, 90% dos hospitais estão empenhados em introduzir o GLN (Número Global de Localização) como padrão para a identificação de locais/entidades jurídicas em um hospital ou em um parceiro comercial até o final de 2010. O GTIN será implantado até o final de 2012.

*Ana Paula Vendramini Maniero é assessora de soluções da GS1 Brasil